



APENSADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

AUTOR:
(DO SR. ENIO BACCI)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA: Regula indagação de jurado em sessão do tribunal do júri e dá outras providências.

DESPACHO: 23/03/99 - (À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

AO ARQUIVO, EM 29/04/99

REGIME DE TRAMITAÇÃO
ORDINÁRIA

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS

COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		

PROJETO DE LEI Nº 369 DE 1999 9

4667

Desarquivado
20/05/103



APENSADOS

7

CÂMARA DOS DEPUTADOS

AUTOR:
(DO SR. ENIO BACCI)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA: Regula indagação de jurado em sessão do tribunal do júri e dá outras providências.

DESPACHO: 23/03/99 - (À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

À COM. DE CONST. E JUST. E DE REDAÇÃO, EM 28/04/99

REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
CCJR	29/04/99
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS

COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a):	<u>Fernando Gonçalves</u>	Presidente:	<u>ini</u>
Comissão de:	<u>Constituição e Justiça e de Redação</u>	Deq. 18/05/99	Em: 24/10/00
A(o) Sr(a). Deputado(a):	<u>Luiz Eduardo Greenhalgh</u>	Presidente:	<u>Greenhalgh</u>
Comissão de:	<u>Constituição e Justiça e de Redação</u>	(REdist. 100/22/11/06/99)	Em: 13/02/99
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:	<u>Constituição e Justiça e de Cidadania</u>		Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:			Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:			Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:			Em: / /
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:			Em: / /

369 DE 199 PROJETO DE LEI Nº



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
DESCRIÇÃO DA AÇÃO								

SGM 3.21.03.025-7 (JUN/96)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
DESCRIÇÃO DA AÇÃO								

SGM 3.21.03.025-7 (JUN/96)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
DESCRIÇÃO DA AÇÃO								

SGM 3.21.03.025-7 (JUN/96)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD		TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
DESCRIÇÃO DA AÇÃO								

SGM 3.21.03.025-7 (JUN/96)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL N°

CASA CD	LOCAL	TIPO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA NÚMERO		ANO	DATA DA AÇÃO DIA MÊS ANO		RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
-------------------	-------	------	------------------------------------	--	-----	-----------------------------	--	-----------------------------

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

SGM 3.21.03.025-7 (JUN/96)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL N°

CASA CD	LOCAL	TIPO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA NÚMERO		ANO	DATA DA AÇÃO DIA MÊS ANO		RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
-------------------	-------	------	------------------------------------	--	-----	-----------------------------	--	-----------------------------

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

SGM 3.21.03.025-7 (JUN/96)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL N°

CASA CD	LOCAL	TIPO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA NÚMERO		ANO	DATA DA AÇÃO DIA MÊS ANO		RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
-------------------	-------	------	------------------------------------	--	-----	-----------------------------	--	-----------------------------

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

SGM 3.21.03.025-7 (JUN/96)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL N°

CASA CD	LOCAL	TIPO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA NÚMERO		ANO	DATA DA AÇÃO DIA MÊS ANO		RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
-------------------	-------	------	------------------------------------	--	-----	-----------------------------	--	-----------------------------

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

SGM 3.21.03.025-7 (JUN/96)



PROJETO DE LEI Nº 369, DE 1999
(DO SR. ENIO BACCI)

Regula indagação de jurado em sessão do tribunal do júri e dá outras providências.

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO)

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Acrescenta o parágrafo único ao artigo 478 do Decreto Lei nº 3.689 de 03/10/1941 (CPP):

Art. 478

Parágrafo único: se qualquer dos jurados necessitar de novos esclarecimentos, fará referência a questão de fato, e o juiz poderá dar 15 (quinze) minutos a acusação e posteriormente também à defesa para tentar sanar a dúvida ou; ainda colocar os autos à disposição apenas do jurado que solicitou esclarecimento, para que o mesmo manuseie as peças que quiser.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICATIVA

O presente projeto pretende evitar que, ao concluir a sessão de julgamento em júri, o jurado ao fazer algum questionamento ou solicitar leitura de peças, possa influenciar a decisão dos demais em momento derradeiro, sem oportunidade de contraditório.

Ou ainda, de forma optativa, colocar os autos à disposição apenas do jurado que suscitou a dúvida, deixando que o mesmo manuseie as peças que quiser.

Sala das sessões, / / 99.

23/03/99

Deputado ENIO BACCI
PDT/RS



CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 03 DE OUTUBRO DE 1941

Código de Processo Penal

LIVRO II
Dos Processos em Espécie

TÍTULO I
Do Processo Comum

CAPÍTULO II
Do Processo dos Crimes da Competência do Júri

SEÇÃO IV
Do Julgamento do Júri

Art. 478 - Concluídos os debates, o juiz indagará dos jurados se estão habilitados a julgar ou se precisam de mais esclarecimentos.

Parágrafo único. Se qualquer dos jurados necessitar de novos esclarecimentos sobre questão de fato, o juiz os dará, ou mandará que o escrivão os dê, à vista dos autos.



Câmara dos Deputados

10

REQ 78/2003

ACJR

(Vice fl. 2)

83 proposições

Autor: Enio Bacci

Data da
Apresentação: 18/02/2003

Ementa: Requer o desarquivamento de proposições.

Forma de
Apreciação:

Despacho:

Nos termos do parágrafo único do art. 105 do RICD, DEFIRO o desarquivamento das seguintes proposições: PEC-22/1999, PEC-39/1999, PEC-41/1999, PEC-42/1999, PEC-43/1999, PEC-117/1999, PL-629/1995, PL-2814/1997, PL-2953/1997, PL-2954/1997, PL-3446/1997, PL-3538/1997, PL-3832/1997, PL-3988/1997, PL-3989/1997, PL-3995/1997, PL-4085/1998, PL-4088/1998, PL-4226/1998, PL-4483/1998, PL-79/1999, PL-80/1999, PL-117/1999, PL-129/1999, PL-155/1999, PL-271/1999, PL-275/1999, PL-277/1999, PL-278/1999, PL-294/1999, PL-297/1999, PL-298/1999, PL-299/1999, PL-300/1999, PL-304/1999, PL-306/1999, PL-310/1999, PL-312/1999, PL-358/1999, PL-359/1999, PL-361/1999, PL-362/1999, PL-363/1999, PL-364/1999, PL-365/1999, PL-369/1999, PL-393/1999, PL-395/1999, PL-396/1999, PL-397/1999, PL-398/1999, PL-446/1999, PL-447/1999, PL-448/1999, PL-454/1999, PL-455/1999, PL-456/1999, PL-457/1999, PL-459/1999, PL-460/1999, PL-485/1999, PL-486/1999, PL-487/1999, PL-490/1999, PL-491/1999, PL-492/1999, PL-493/1999, PL-494/1999, PL-495/1999, PL-496/1999, PL-506/1999, PL-507/1999, PL-508/1999, PL-512/1999, PL-526/1999, PL-527/1999, PL-529/1999, PL-534/1999, PL-536/1999, PL-625/1999, PL-626/1999, PL-627/1999, PL-704/1999, PL-705/1999, PL-937/1999, PL-1009/1999, PL-1010/1999, PL-1013/1999, PL-1125/1999, PL-1399/1999, PL-1400/1999, PL-1592/1999, PL-1663/1999, PL-1664/1999, PL-1673/1999, PL-1772/1999, PL-1784/1999, PL-1785/1999, PL-1786/1999, PL-2015/1999, PL-2616/2000, PL-2617/2000, PL-3096/2000, PL-4506/2001, PL-5179/2001, PL-6082/2002, PL-6083/2002, PL-6121/2002, PL-6122/2002, PL-6444/2002 e PRC-225/2002. INDEFIRO o desarquivamento do PL-4084/1998, PL-4090/1998, PL-509/1999 e PL-4294/2001, por terem sido devolvidos ao autor; do PL-3990/1997, PL-4463/1998, PL-4668/1998, PL-1141/1999, PL-1189/1999, PL-1752/1999, PL-1753/1999 e PL-1937/1999, em vista de haverem sido arquivados definitivamente; do PL-3478/1997, PL-3480/1997, PL-3987/1997, PL-3994/1997, PL-4089/1998, PL-81/1999, PL-147/1999, PL-279/1999, PL-303/1999, PL-510/1999, PL-530/1999, PL-596/1999, RIC-4704/2002 e RIC-4705/2002, em razão de a tramitação dessas proposições já se haver esgotado; do PL-2987/1997, PL-212/1999, PL-274/1999, PL-302/1999, PL-305/1999, PL-313/1999, PL-367/1999, PL-370/1999, PL-371/1999, PL-372/1999, PL-392/1999, PL-399/1999, PL-400/1999, PL-697/1999, PL-

REQ 78/2003

799/1999, PL-936/1999, PL-1770/1999, PL-1771/1999, PL-1834/1999, PL-2507/2000, PL-2863/2000, PL-4620/2001, PL-5034/2001 e PL-5336/2001, porquanto essas proposições não foram arquivadas. DECLARO PREJUDICADO o Requerimento quanto às seguintes proposições: PEC-88/1995, PL-2815/1997, PL-3450/1997, PL-3991/1997, PL-3992/1997, PL-3993/1997, PL-4083/1998, PL-78/1999, PL-82/1999, PL-130/1999, PL-131/1999, PL-133/1999, PL-148/1999, PL-149/1999, PL-213/1999, PL-273/1999, PL-276/1999, PL-308/1999, PL-309/1999, PL-311/1999, PL-360/1999, PL-453/1999, PL-481/1999, PL-484/1999, PL-504/1999, PL-531/1999, PL-1126/1999, PL-1169/1999, PL-1510/1999, PL-1613/1999, PL-1938/1999, PL-2050/1999, PL-2226/1999, PL-2618/2000, PL-2619/2000, PL-2881/2000, PL-3331/2000, PL-3333/2000, PL-4300/2001, PL-4301/2001, PL-4418/2001, PL-4873/2001, PL-5035/2001, PL-5036/2001, PL-5037/2001, PL-6709/2002 e PL-6710/2002, em virtude de já se encontrarem desarquivadas. Oficie-se e, após, publique-se.

Regime de
tramitação:

Em 20/05/2003



JOÃO PAULO CUNHA

Presidente

29/99
42/99
5/99
11/99
2914/99, 27 20 910/95 29/99 e 20 24 23/99
2754/99
3446/99
3533/99
3988/99
3989/99
3995/99
4088/99
4088/98
4226/98
29/99
30/99
11/99
241/99
247/99
247/99
241/99
29/99 e 20 24 23/99
298, 99
299/99
304/99 e 20 24 23/99
306/99
353/99
353/99
353/99
353/99 e 20 24 23/99
353/99 e 20 24 23/99
360/99
367/99
393/99
395/99 e 20 24 23/99
446/99
454/99



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE

Tendo em vista a vigência da **Lei 11.689**, de 09 de junho de 2008, *que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri, e dá outras providências*, e da **Lei 11.690**, de 09 de junho de 2008, *que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à prova, e dá outras providências*, **declaro**, nos termos do art. 164, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a **prejudicialidade** dos seguintes Projetos de Lei: 629/95, 369/99, 1961/99, 7128/02, 7130/02, 2701/03, 4021/04, 4877/05, 5815/05, Publique-se.

af a
4206/01

Em 18 / 06 / 08.


ARLINDO CHINAGLIA
Presidente



Documento : LEI106892008 - 1



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 369, DE 1999

Regula indagação de jurado em sessão do tribunal do júri e dá outras providências.

Autor: Deputado ENIO BACCI

Relator: Deputado LUIZ EDUARDO GREENHALGH

I - RELATÓRIO

O Deputado ÊNIO BACCI apresentou o PL nº 369, de 1999, alterando a redação do Parágrafo único do art. 478 do Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941, Código de Processo Civil, sobre novos esclarecimentos a jurado, proporcionando quinze minutos para a acusação e em seguida para a defesa para esse fim ou colocando os autos à disposição do solicitante para que o manuseie.

Na justificação, alega o autor que o projeto pretende evitar que o jurado ao fazer algum questionamento em momento derradeiro possa influenciar a decisão dos demais sem oportunidade de contraditório. Assim, é melhor que ele manuseie os autos.

Vieram-me conclusos o referido Projeto de Lei, anteriormente designado como Relator, o Ilustre Deputado FERNANDO





GONÇALVES, cujo judicioso voto encampo e subscrevo na forma a seguir esposada.

Sob exame a constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projetos de Lei em apreço atendem aos pressupostos de constitucionalidade quanto às atribuições do Congresso Nacional para legislar sobre Direito Processual Penal (art. 48 e 22 da CFRB), e quanto à iniciativa de leis ordinárias (art. 61 da CRFB).

Quanto ao aspecto material, procura observar o princípio do contraditório, consagrado na Constituição, para o esclarecimento dos fatos.

Em relação à juridicidade, o projeto não viola princípios de direito.

No mérito, a proposição ao permitir que a acusação e a defesa se pronunciem por quinze minutos, cada, para esclarecer os fatos duvidosos, evita que o jurado possa ser influenciado apenas pela posição de uma das partes e que os demais possam ser enganados ou levados a acreditar nos fatos sob ótica parcial.





Manuseando os autos, o jurado poderá tirar suas próprias conclusões sem influir no convencimento dos demais.

No tocante à técnica legislativa, o projeto deve ser aperfeiçoado.

O art. 1º do projeto acrescenta parágrafo único ao art. 478 do Código de Processo Penal. Entretanto, esse artigo já possui parágrafo único, merecendo, então, apenas alteração de seu conteúdo, como nova redação.

A cláusula revocatória genérica viola o art. 9º da Lei Complementar nº 95/98.

Em vista disso, apresento Substitutivo para corrigir essas falhas.

Pelo exposto, VOTO pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 369, de 1999, na forma do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em 22 de nov. de 2006.


Deputado LUIZ EDUARDO GREENHALGH
Relator





COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 369, DE 1999

Altera o Parágrafo único do art. 478 do Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941, do Código de Processo Penal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Parágrafo único do art. 478, do Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996 passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido do parágrafo único:

"Art. 478....."

Parágrafo único. Se qualquer jurado necessitar de





novos esclarecimentos, sobre questão de fato, o juiz poderá conceder quinze minutos à acusação em seguida, à defesa para sanar a dúvida ou colocar os autos à disposição do jurado para exame, em sessão.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, em 22 de nov. de 2006.


Deputado LUIZ EDUARDO GREENHALGH
Relator





PROJETO DE LEI Nº 369, DE 1999
(DO SR. ENIO BACCI)

Regula indagação de jurado em sessão do tribunal do júri e dá outras providências.

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO)

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Acrescenta o parágrafo único ao artigo 478 do Decreto Lei nº 3.689 de 03/10/1941 (CPP):

Art. 478

Parágrafo único: se qualquer dos jurados necessitar de novos esclarecimentos, fará referência a questão de fato, e o juiz poderá dar 15 (quinze) minutos a acusação e posteriormente também à defesa para tentar sanar a dúvida ou; ainda colocar os autos à disposição apenas do jurado que solicitou esclarecimento, para que o mesmo manuseie as peças que quiser.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICATIVA

O presente projeto pretende evitar que, ao concluir a sessão de julgamento em júri, o jurado ao fazer algum questionamento ou solicitar leitura de peças, possa influenciar a decisão dos demais em momento derradeiro, sem oportunidade de contraditório.

Ou ainda, de forma optativa, colocar os autos à disposição apenas do jurado que suscitou a dúvida, deixando que o mesmo manuseie as peças que quiser.

Sala das sessões, / / 99.

23/03/99

Deputado ENIO BACCI
PDT/RS



CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 03 DE OUTUBRO DE 1941

Código de Processo Penal

.....

LIVRO II
Dos Processos em Espécie

TÍTULO I
Do Processo Comum

.....

CAPÍTULO II
Do Processo dos Crimes da Competência do Júri

.....

SEÇÃO IV
Do Julgamento do Júri

.....

Art. 478 - Concluídos os debates, o juiz indagará dos jurados se estão habilitados a julgar ou se precisam de mais esclarecimentos.

Parágrafo único. Se qualquer dos jurados necessitar de novos esclarecimentos sobre questão de fato, o juiz os dará, ou mandará que o escrevão os dê, à vista dos autos.

.....

.....



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE

Tendo em vista a vigência da **Lei 11.689**, de 09 de junho de 2008, *que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri, e dá outras providências*, e da Lei **11.690**, de 09 de junho de 2008, *que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à prova, e dá outras providências*, **declaro**, nos termos do art. 164, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a **prejudicialidade** dos seguintes Projetos de Lei: 629/95, 369/99, 1961/99, 7128/02, 7130/02, 2701/03, 4021/04, 4877/05, 5815/05, Publique-se.

ax a
4206/01

Em 18 / 06 / 08.


ARLINDO CHINAGLIA
Presidente



Documento : LEI106892008 - 1

PL.-0369/99

Autor: ENIO BACCI (PDT/RS)

Apresentação: 23/03/99

Prazo:

Ementa: Projeto de lei que regula indagação de jurado em sessão do tribunal do júri e dá outras providências.

Despacho: À Comissão:
Constituição e Justiça e de Redação